



CREMEB

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

**RECURSOS DO SUS:
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS FEDERAIS E
ESTADUAIS NOS ÚLTIMOS ANOS E O CENÁRIO ATUAL**

José Abelardo Garcia de Meneses

FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA SAÚDE
PÚBLICA NO BRASIL



**A RAIZ DO PROBLEMA QUE OS
GOVERNOS SE RECUSAM A ENFRENTAR**

CF/88

- Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
- ...

Comparações internacionais: investimento na contra mão

Gastos com saúde e densidade médico/habitante, segundo países selecionados – Brasil, 2011

Países	% PIB*	Gastos per capita anual com saúde** (US\$)	% Gastos Públicos	% Gastos Privados	Médico/Habitante
Alemanha	11,40	4.129	77,80	22,20	3,64
Argentina	9,50	1.387	66,40	33,60	3,16
Brasil	9,00	943	45,70	54,30	1,95
Canadá	10,90	4.196	68,70	31,30	2,36
Chile	8,30	1.185	47,40	52,60	1,09
Cuba	11,30	480	92,70	7,30	6,39
Espanha	9,70	3.152	75,10	24,90	3,71
Estados Unidos	16,20	7.410	48,60	51,40	2,67
França	11,70	3.931	78,60	21,40	3,28
Índia	4,20	132	32,80	67,20	0,60
Itália	9,50	3.027	77,30	22,70	4,24
Japão	8,30	2.713	82,50	18,50	2,06
México	6,50	862	48,30	51,70	2,89
Portugal	11,00	2.703	73,70	26,30	3,76
Reino Unido	9,40	3.399	83,60	16,40	2,64
Suécia	9,80	3.690	78,60	16,60	3,73

Fonte: OMS, Global Health Observatory Data Repository, 2011; Pesquisa Demografia Médica no Brasil, 2011.

*% do PIB somando gastos públicos e privados em saúde. **Gastos totais (público e privado)



Investimento em países com sistema universal de saúde

País	Gasto total em saúde comparado ao PIB (%)	Participação do gasto público (%)	Investimento per capita em saúde (US\$)	
			Setor Público e Privado	Setor Público
França	11,7%	76,9%	4618	3553
Alemanha	11,5%	76,8%	4654	3573
Canadá	11,4%	71,1%	5257	3736
Cuba	10,2%	95,2%	583	555
Reino Unido	9,6%	83,2%	3465	2908
Suécia	9,6%	81,0%	4708	3816
Espanha	9,6%	74,2%	2896	2148
Austrália	9,0%	68,5%	5174	3545
Argentina	8,3%	64,4%	759	489
Brasil	9,0%	47,0%	990	466
Média Mundial	9,2%	58,9%	941	571
Média das Américas	14,3%	49,8%	3373	1682

Fonte: Estatísticas Sanitárias Mundiais 2013 - OMS

SAÚDE: UM DIREITO FUNDAMENTAL – O Estado mínimo na Saúde

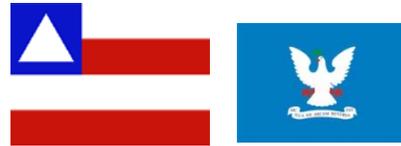
Despesas do Brasil com Saúde no setor público por entes federados

Em R\$ bilhão corrente

Entes Federados	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%								
União	27,2	50,1	32,7	49,3	36,5	47,7	40,7	46,7	44,3	45,8	48,7	43,4	58,3	46,6	62,0	44,7	72,3	45,4
Estados	13,3	24,5	17,3	26,0	19,7	25,7	23,0	26,3	26,0	26,9	31,0	27,6	32,3	25,8	37,3	26,9	40,9	25,7
Municípios	13,8	25,4	16,4	24,7	20,3	26,5	23,6	27,0	26,4	27,3	32,6	29,0	34,5	27,6	39,3	28,4	45,9	28,8
Gasto Público Total	54,3	100	66,4	100	76,4	100	87,3	100	96,7	100	112,2	100	125,1	100	138,5	100	159,2	100

Fontes: SPO/MS, SIPOS e SIAFI / Câmara dos Deputados

FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA SAÚDE
PÚBLICA NA BAHIA



**A RAIZ DO PROBLEMA QUE OS
GOVERNOS SE RECUSAM A ENFRENTAR**

Receitas



Glossário



Receitas Correntes



Receitas de capital

Totais | Tributárias | Contribuições | Transferências Correntes

Receitas Totais	2013		2012		2011		2010	
	valores	%	valores	%	valores	%	valores	%
TOTAL :	35.223.077	100,00	31.985.811	100,00	27.874.534	100,00	24.859.188	99,99
Receitas Correntes	29.631.955	84,12	27.279.458	85,29	24.386.224	90,07	21.978.447	88,41
Receita Tributária ¹	18.478.906	52,46	15.884.324	49,60	14.183.219	52,39	12.878.989	51,80
Receita de Contribuições ³	2.107.309	5,98	1.809.252	5,66	1.599.077	5,91	1.384.474	5,57
Receita Patrimonial	447.586	1,27	909.101	2,84	416.364	1,54	476.768	1,92
Receita Agropecuária	569	0,00	221	0,00	286	0,00	203	0,00
Receita Industrial	9	0,00	91	0,00	71	0,00	29	0,00
Receita de Serviços	172.097	0,49	114.856	0,36	87.100	0,32	95.317	0,38
Transferências Correntes ¹	11.251.057	31,94	11.028.726	34,48	10.139.369	37,45	8.818.200	35,47
Outras Receitas Correntes	941.491	2,67	830.701	2,60	1.014.923	3,75	1.000.025	4,02
Conta Retificadora da Receita Orçamentária ²	(3.765.068)	(10,69)	(3.277.814)	(10,25)	(3.054.185)	(11,28)	(2.673.558)	(10,75)
Receitas de Capital	3.354.797	9,52	2.665.152	8,33	912.648	3,37	1.325.860	5,33
Operações de Crédito	2.657.101	7,54	1.854.664	5,80	448.565	1,66	652.242	2,62
Aliações de Bens	20.176	0,06	14.435	0,05	8.339	0,03	12.663	0,05
Amortização de Empréstimos	170.999	0,49	99.205	0,31	93.369	0,34	75.726	0,30
Transferências de Capital	506.521	1,44	696.848	2,18	362.375	1,34	585.211	2,35
Outras Receitas de Capital	0	0,00	0	0,00	0		18	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias	2.237.225	6,35	2.041.201	6,38	1.775.662	6,56	1.554.881	6,25

Fonte: SICOF - SEFAZ / SAF / COPAF

Valores correntes em mil Reais

¹ Imposto de Renda retido na Fonte. Até 2001 era classificado como Transferência Corrente. A partir de 2002 passou a ser classificado como Receita Tributária.

² De acordo com a Portaria STN Nº 328 de 27/08/2001 com vigência a partir de janeiro de 2002.

TRANSP@RÊNCIA BAHIA

Gov. do Estado da Bahia
Secretaria da Fazenda

Senha Aberta
 Compra Transparente
 Receitas
 Despesas
 FUNPREV
 PLANSEV
 FUNDEB
 Saúde
 Educação
 Limites da LRF
 Programas
 Convênios
 Copa 2014
 PAF

Despesas [Glossário](#) [Gráficos](#)

Totais | **Pessoal e Encargos Sociais** | Outras Correntes | Transf. Constitucionais a Municípios | Por Função | Aplicações Diretas

Despesas Totais	2013		2012		2011		2010	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
TOTAL :	34.237.808	100,00	30.380.177	100,00	27.139.530	100,00	24.667.993	100,00
Despesas Correntes	29.869.150	87,24	27.075.281	89,12	24.070.824	88,69	21.502.299	87,17
Pessoal e Encargos Sociais	16.027.930	46,81	14.481.698	47,67	12.828.657	47,27	11.470.360	46,50
Juros e Encargos da Dívida	497.804	1,45	515.961	1,70	503.486	1,85	510.138	2,07
Outras Despesas Correntes	13.343.416	38,97	12.077.621	39,75	10.738.681	39,57	9.521.801	38,60
Despesas de Capital	4.368.658	12,76	3.304.896	10,88	3.068.706	11,31	3.165.694	12,83
Investimentos	2.037.263	5,95	1.836.280	6,04	1.752.502	6,46	2.046.146	8,29
Inversões Financeiras	649.861	1,90	436.521	1,44	404.295	1,49	247.641	1,00
Amortizações da Dívida	1.681.534	4,91	1.032.095	3,40	911.908	3,36	871.906	3,53
Reserva de Contingência	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: SICOF - SEFAZ / SAF / COPAF

Valores correntes em mil Reais

As receitas correntes em 2013 foram: **R\$29,6 bilhões**

As receitas correntes líquidas 2013 (que servem de base para cálculo com pessoal): **R\$23,1 bilhões**

As receitas líquidas de impostos 2013 (que servem de base para cálculo do percentual de educação e saúde): **R\$ 19,8 bilhões**

Limites da LRF

[Glossário](#)

Lei de Responsabilidade Fiscal	Limite Máximo	Limite Prudencial	% Realizado em Relação à RCL ¹			
			2013	2012	2011	2010
Despesa Líquida com Pessoal						
Poder Executivo ²	48,60	46,17	44,93	44,20	44,01	43,18
Ministério Público	2,00	1,90	1,43	1,43	1,51	1,52
Tribunal de Contas do Estado da Bahia	0,90	0,86	0,66	0,68	0,72	0,75
Tribunal de Contas dos Municípios	0,63	0,60	0,54	0,57	0,53	0,50
Assembléia Legislativa	1,87	1,78	1,37	1,34	1,29	1,30
Tribunal de Justiça	6,00	5,70	5,63	5,41	5,42	5,30
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,42	0,38	0,40	0,00
Dívida						
Dívida Consolidada Líquida ³	2,00	1,80	0,46	0,49	0,46	0,41
Garantias de Valores						
Garantias	22,00	0,00	0,40	0,42	0,48	0,44
Operações de Crédito						
Operações de Crédito Internas e Externas	16,00	0,00	11,51	8,58	2,33	3,04
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SICOF - SEFAZ / SAF / COPAF

¹ RCL - Receita Corrente Líquida.

² As despesas com pessoal da Defensoria Pública estão incluídas no item do Poder Executivo até 2010.

³ Relação com a Receita Corrente Líquida (não é percentual).

Para o ano corrente, o limite da Despesa Líquida de Pessoal dos outros poderes e Ministério Público refere-se ao publicado no Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre.

TRANSP@RÊNCIA BAHIA

Gov. do Estado da Bahia
Secretaria da Fazenda

[Inicial](#)

[Senha Aberta](#)
[Compra Transparente](#)
[Receitas](#)
[Despesas](#)
[FUNPREV](#)
[PLANSERV](#)
[FUNDEB](#)
[Saúde](#)
[Educação](#)
[Limites da LRF](#)
[Programas](#)
[Convênios](#)
[Copa 2014](#)
[PAF](#)

Saúde [Glossário](#) [Gráficos](#)

Descrição	Receita Líquida de Impostos (RLI)	Aplicação Mínima s/RLI		Aplicação Realizada	
		Valor	%	Valor	% s/RLI
2007	10.642.092	1.277.051	12,00	1.352.961	12,71
2008	12.247.925	1.469.751	12,00	1.571.286	12,83
2009	12.155.265	1.458.632	12,00	1.687.967	13,89
2010	14.024.226	1.682.907	12,00	1.931.511	13,77
2011	16.026.201	1.923.144	12,00	2.154.555	13,44
2012	17.592.511	2.111.101	12,00	2.216.047	12,60
2013	19.774.147	2.372.898	12,00	2.429.191	12,28

Fonte: SICOF - SEFAZ / SAF / COPAF

Valores correntes em mil Reais

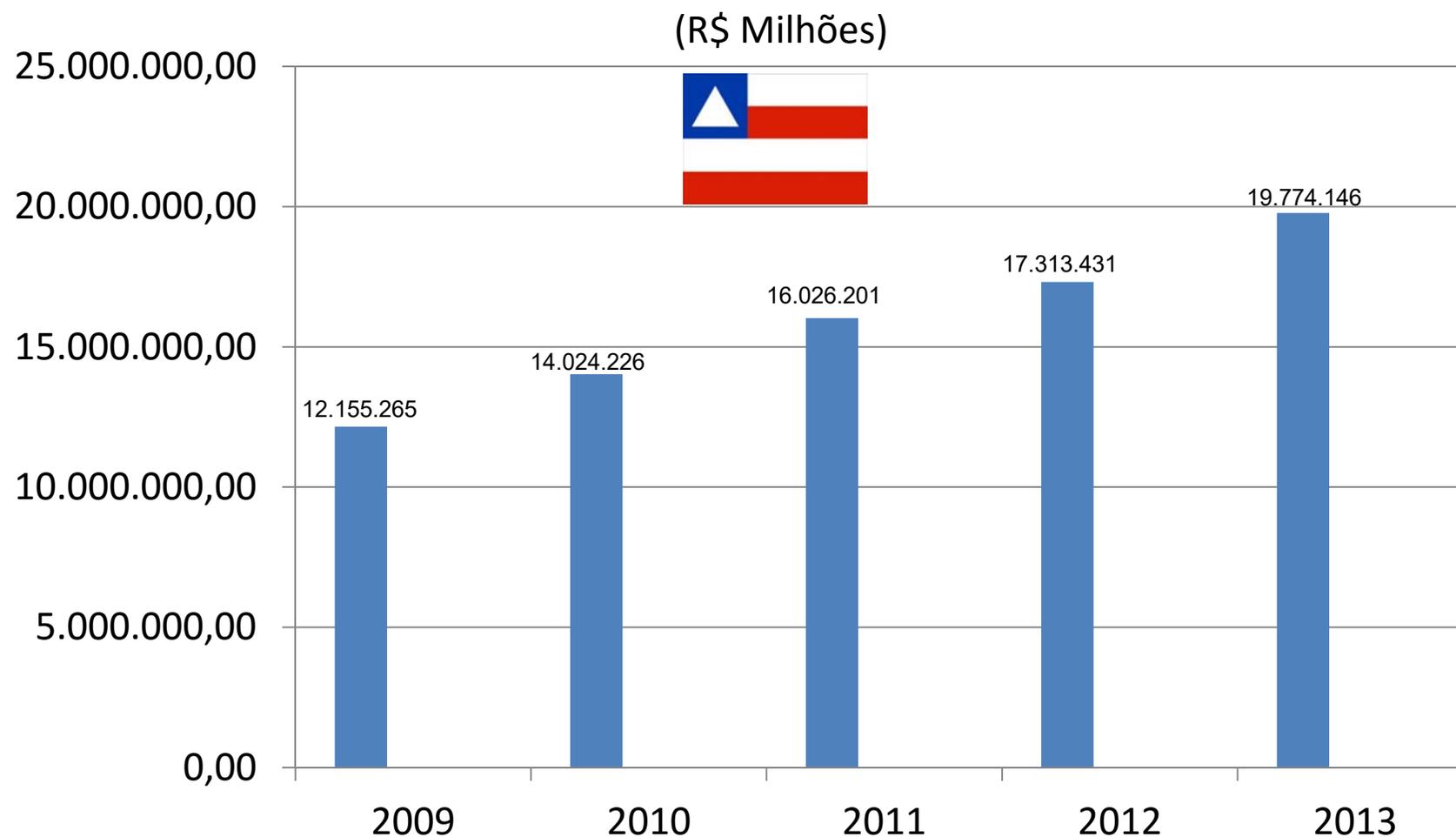
RLI = Receita Líquida de Impostos

As receitas correntes em 2013 foram: **R\$29,6 bilhões**

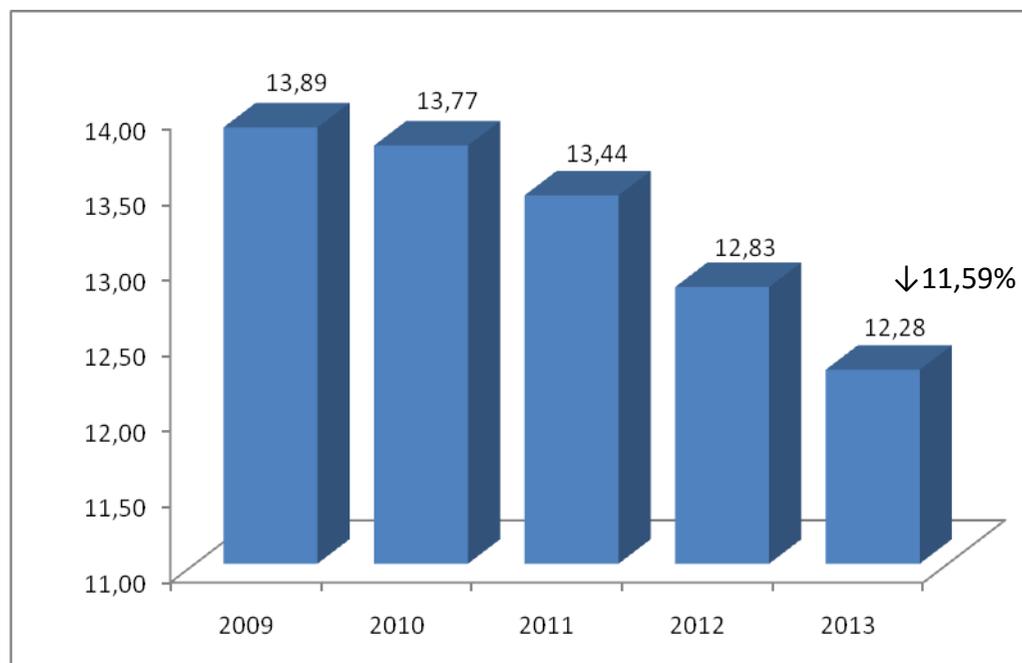
As receitas correntes líquidas 2013 (que servem de base para cálculo com pessoal): **R\$23,1 bilhões**

As receitas líquidas de impostos 2013 (que servem de base para cálculo do percentual de educação e saúde): **R\$ 19,8 bilhões**

Receita Líquida de Impostos



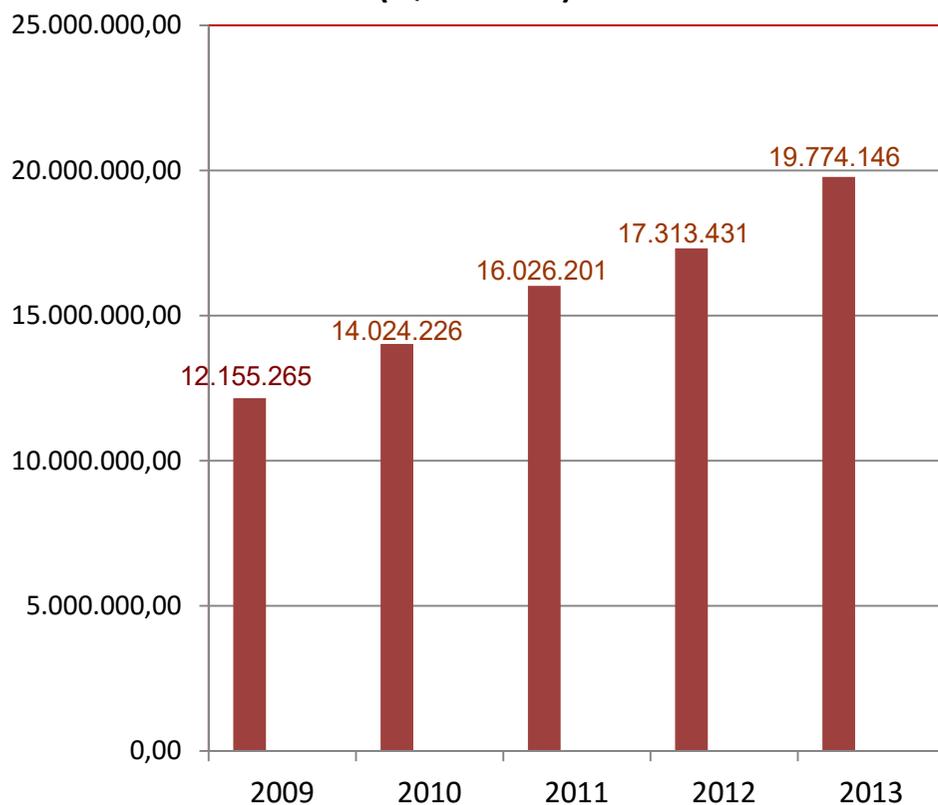
Investimentos do governo na Saúde



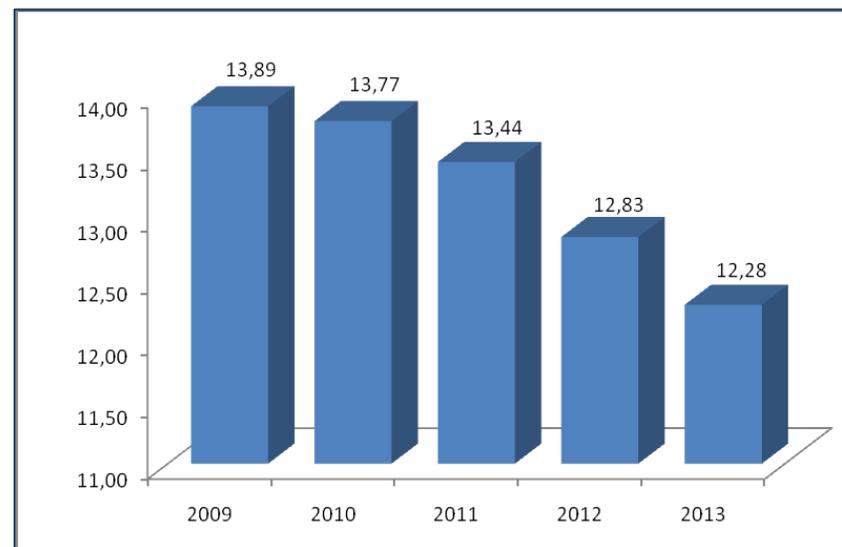
Fonte: SEFAZ-Ba



Receita Líquida de Impostos (R\$ Milhões)



Aplicação nas Despesas Próprias com Saúde



As receitas correntes em 2013 foram: **R\$29,6 bilhões**

As receitas correntes líquidas 2013 (que servem de base para cálculo com pessoal): **R\$23,1 bilhões**

As receitas líquidas de impostos 2013 (que servem de base para cálculo do percentual de educação e saúde): **R\$ 19,8 bilhões**

Receita Líquida de Impostos



Imprimir 

Procurar:

Mostrando registros por página

#	Receitas Totais	2016 (Até jul)	%	2015	%	2014	%	2013	%
0	TOTAL :	23.183.512	100,00	39.213.169	100,00	37.937.831	100,00	35.223.977	100,00
1	Receitas Correntes	20.441.525	88,17	34.786.323	88,71	32.878.583	86,66	29.631.955	84,12
2	Receita Tributária 1	11.546.768	49,81	19.630.346	50,06	20.251.953	53,38	18.476.906	52,46
3	Receita de Contribuições 2	1.455.310	6,28	2.232.630	5,69	2.001.053	5,27	2.107.309	5,98
4	Receita Patrimonial	457.479	1,97	979.432	2,50	1.545.962	4,07	447.586	1,27
5	Receita Agropecuária	232	0,00	394	0,00	483	0,00	569	0,00
6	Receita Industrial	39	0,00	0	0,00	0	0,00	9	0,00
7	Receita de Serviços	75.736	0,33	150.478	0,38	145.111	0,38	172.097	0,49
8	Transferências Correntes 1	6.417.652	27,68	10.874.906	27,73	12.233.968	32,25	11.251.057	31,94
9	Outras Receitas Correntes	488.309	2,11	918.138	2,34	799.568	2,11	941.491	2,67

Mostrando página 1 de 2

[Primeira](#)
[Anterior](#)
[1](#)
[2](#)
[Próxima](#)
[Última](#)

1. Imposto de Renda retido na Fonte. Até 2001 era classificado como Transferência Corrente. A partir de 2002 passou a ser classificado como Receita Tributária.
 2. A partir do exercício de 2007, devido à introdução da conta Receita Intra-orçamentária por meio da Portaria STN 340/2006 e suas modificações que alteraram o Manual da Receita, a Contribuição Patronal deixou de ser classificada como Receitas de Contribuições.
 3. A partir de 2015 os valores da 'Conta Retificadora da Receita Orçamentária' já estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

- Fonte: SICOF / FIPLAN - SEFAZ / SAF / COPAF
- Valores correntes em mil Reais

Investimentos do governo na Saúde



Saúde

Informações

Dados

Imprimir 

Procurar:

Mostrando 10 registros por página

#	Período	Receita Líquida de Impostos (RLI)	Aplicação Mínima s/RLI		Aplicação Realizada	
			valor	%	valor	%
0	2010	14.024.226	1.682.907	12,00	1.931.511	13,77
1	2011	16.026.201	1.923.144	12,00	2.154.555	13,44
2	2012	17.592.511	2.111.101	12,00	2.216.047	12,60
3	2013	19.774.147	2.372.898	12,00	2.428.806	12,28
4	2014	21.459.306	2.575.117	12,00	2.851.554	13,29
5	2015	23.715.742	2.845.889	12,00	3.010.066	12,69
6	2016 (Até jul)	13.935.562	1.672.267	12,00	1.547.647	11,11

Mostrando página 1 de 1

Primeira Anterior **1** Próxima Última

- Fonte: SICOF / FIPLAN - SEFAZ / SAF / COPAF
- Valores correntes em mil Reais
- RLI = Receita Líquida de Impostos.

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>



Transferência de Recursos por Função Orçamentária



SAÚDE: UM DIREITO FUNDAMENTAL – Mau uso dos recursos disponíveis

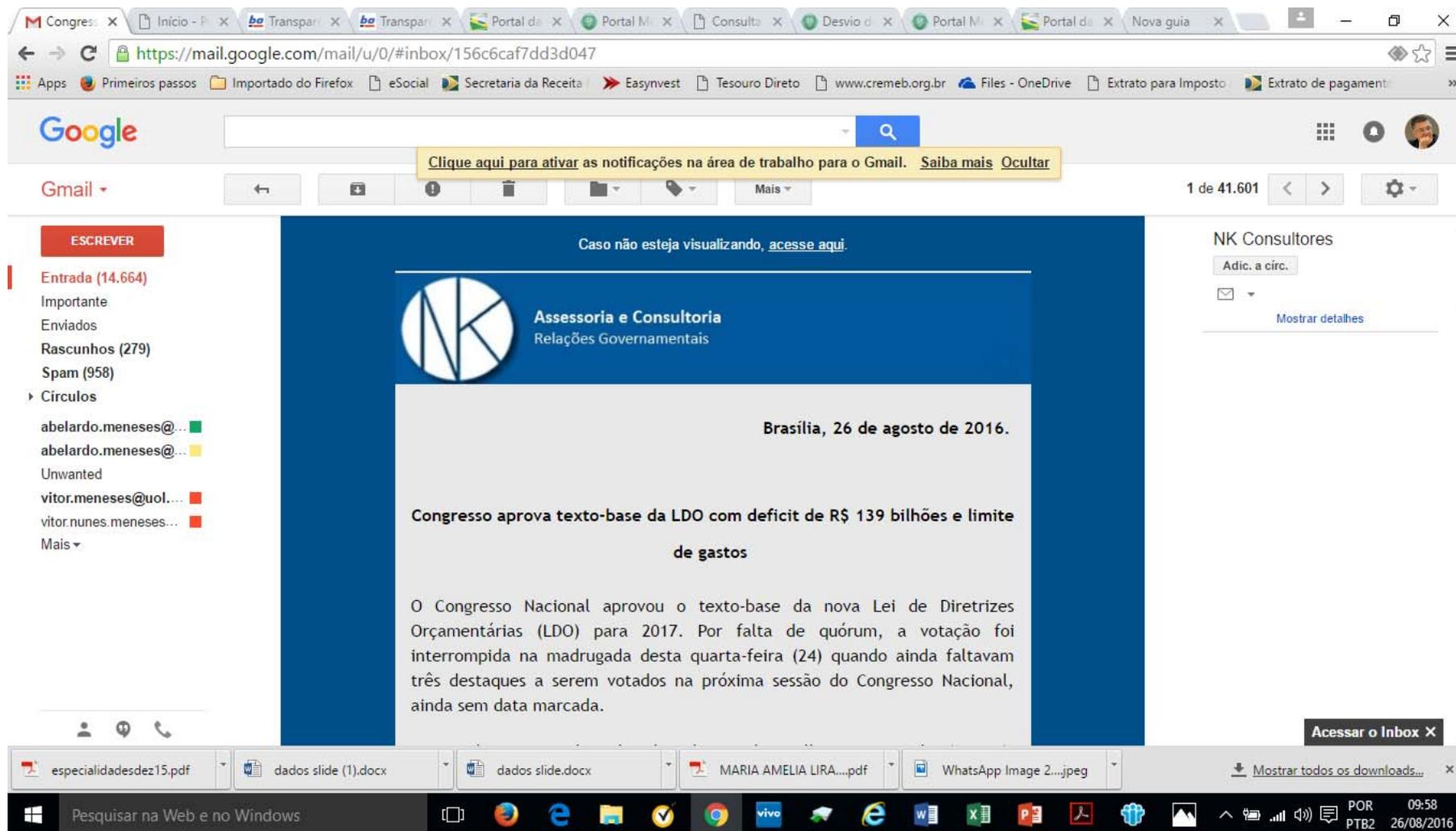
Execução do orçamento do Ministério da Saúde (2001-2012) com base na dotação autorizada e valores pagos e residuais

(Valores constantes – IGP-DI/FGV) – R\$ em bilhões

Ano	Dotação Autorizada	TOTAL PAGO*	TOTAL PAGO - Dotação Autorizada
2001	64,6	57,2	-7,4
2002	62,6	57,7	-4,9
2003	53,1	49,4	-3,7
2004	59,5	52,5	-7,0
2005	63,1	52,4	-10,7
2006	66,7	59,2	-7,5
2007	72,9	63,4	-9,5
2008	70,1	62,3	-7,8
2009	78,1	69,1	-9,0
2010	80,3	75,7	-4,6
2011	85,7	77,8	-8,0
2012	95,9	82,6	-13,3
TOTAL	852,7	759,2	-93,6

Fonte: SIAFI

** Inclui os restos a pagar pagos



Clique aqui para ativar as notificações na área de trabalho para o Gmail. Saiba mais Ocultar

1 de 41.601

ESCREVER

Entrada (14.664)

Importante

Enviados

Rascunhos (279)

Spam (958)

▶ Círculos

abelardo.meneses@... 

abelardo.meneses@... 

Unwanted

vitor.meneses@uol... 

vitor.nunes.meneses... 

Mais ▾

Caso não esteja visualizando, [acesse aqui](#).

 **Assessoria e Consultoria**
Relações Governamentais

Brasília, 26 de agosto de 2016.

Congresso aprova texto-base da LDO com deficit de R\$ 139 bilhões e limite de gastos

O Congresso Nacional aprovou o texto-base da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. Por falta de quórum, a votação foi interrompida na madrugada desta quarta-feira (24) quando ainda faltavam três destaques a serem votados na próxima sessão do Congresso Nacional, ainda sem data marcada.

Acessar o Inbox ✕

especialidadesdez15.pdf dados slide (1).docx dados slide.docx MARIA AMELIA LIRA...pdf WhatsApp Image 2...jpeg

Mostrar todos os downloads...

Pesquisar na Web e no Windows

POR 09:58
PTB2 26/08/2016

Proposta de Emenda à Constituição do Novo Regime Fiscal ([PEC 241/16](#))

Proposta de Emenda à Constituição do Novo Regime Fiscal ([PEC 241/16](#))

Saúde

- A regra vale também para gastos com ações e serviços públicos de saúde (também chamados de piso da saúde). Já existe uma regra constitucional para correção do piso. Para o próximo ano, o montante mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde é de 13,7% da receita corrente líquida (RCL) da União.
- A redação aprovada na LDO funcionaria como uma salvaguarda, já que a atual queda da arrecadação federal afetará o valor do piso em 2017. Assim, além de atender o percentual mínimo de 13,7% da RCL, o piso não poderá ser inferior ao empenhado em 2016 corrigido pelo IPCA.

A GESTÃO INEFICIENTE E AS MAZELAS DO SISTEMA PÚBLICO

Relação dos hospitais da rede SESAB

(<http://www.saude.ba.gov.br/>, acesso em 24-AGO-2016)



UNIDADE	GESTÃO
Hospital Geral Roberto Santos	Direta
HGE	Direta
Hospital Couto Maia	Direta
Hospital Especializado Octávio Mangabeira	Direta
Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira	Direta
Hospital Especializado Mário Leal	Direta
Hospital Geral João Batista Caribé	Direta
Hospital Geral Ernesto Simões Filho	Direta
Hospital Geral Menandro de Faria	Direta
Maternidade Tysilla Balbino	Direta
Instituto de Perinatologia da Bahia - IPERBA	Direta
Maternidade Albert Sabin	Direta
Hospital Geral Clériston Andrade - Feira de Santana	Direta
Hospital Especializado Lopes Rodrigues - Feira de Santana	Direta
Hospital Geral Luís Viana Filho – Ilhéus	Direta
Hospital Geral Prado Valadares - Jequié	Direta
Hospital Regional de Guanambi - Guanambi	Direta
Hospital Geral de Vitória da Conquista - Vitória da Conquista	Direta
Hospital Geral de Camaçari - Camaçari	Direta
Hospital Geral de Jeremoabo - Jeremoabo	Direta
Hospital Geral de Ipiaú – Ipiaú	Direta
Hospital Psiquiátrico Afrânio Peixoto - Vitória da Conquista	Direta

UNIDADE	GESTÃO
Hospital do Subúrbio	Gestão por PPP (Parceria público-privada). Prodal Saúde.
Hospital Carvalho Luz	Indireta. SM – Gestão Hospitalar.
Hospital Eládio Lassérre	Indireta. SM – Gestão Hospitalar.
Hospital São Jorge	Indireta. Associação Obras Sociais Irmã Dulce.
Maternidade de Referência Prof. José Maria de Magalhães Netto	Indireta. OS - Santa Casa de Misericórdia da Bahia.
Hospital Geral do Oeste - Barreiras	Indireta. Obras Sociais Irmã Dulce.
Hospital Luís Eduardo Magalhães - Porto Seguro	Indireta. Monte Tabor.
Hospital Regional Dantas Dião - Alagoinhas	Indireta. Monte Tabor.
Hospital Geral Santa Tereza - Ribeira do Pombal	Indireta. Fundação José Silveira.
Hospital de Ibotirama - Ibotirama	Indireta. SM - Assessoria Empresarial e Gestão Hospitalar Ltda.
Hospital Eurídice Santana - Santa Rita de Cássia	Indireta. Obras Sociais Irmã Dulce.
Hospital Geral Deputado Luís Eduardo Magalhães - Mairí	Indireta. DMX - Assessoria e Gestão Ltda.
Hospital Regional de Castro Alves- Castro Alves	Indireta. APMICA - Associação de Proteção à Maternidade e infância de Castro Alves.
Hospital Regional de Juazeiro - Juazeiro	Indireta. IMIP - Instituto de Medicina Legal Prof. Fernando Figueira.
Hospital Regional de Stº Antônio de Jesus	Indireta. IFF - Instituto Fernando Filgueiras.
Hospital Estadual da Criança - Feira de Santana	Indireta. LABCOMI - Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil.
Hospital Geral de Itaparica - Itaparica	Indireta. SM - Assessoria Empresarial e Gestão Hospitalar SC. Ltda.
Hospital Manoel Victorino	Indireta. Instituto Fernando Filgueira – IFF.

45% com a iniciativa privada!

Leitos perdidos no SUS

REGIÃO	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE DE LEITOS SUS		VARIÇÃO	
		2005	2012		
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	5.510	4042	-1.468	-26,6%
Nordeste	Paraíba	10.366	8.380	-1.986	-19,2%
Sudeste	Rio de Janeiro	38.940	31.924	-7.016	-18,0%
Nordeste	Maranhão	15.697	13.007	-2.690	-17,1%
Sudeste	São Paulo	75.921	65.643	-10.278	-13,5%
Sudeste	Minas Gerais	39.690	34.513	-5.177	-13,0%
Sul	Paraná	25.331	22.274	-3.057	-12,1%
Sul	Santa Catarina	13.736	12.142	-1.594	-11,6%
Centro-Oeste	Goiás	14.399	12.814	-1.585	-11,0%
Nordeste	Sergipe	3.979	3.551	-428	-10,8%
Sul	Rio Grande do Sul	25.249	22.715	-2.534	-10,0%
Centro-Oeste	Mato Grosso	5.945	5.356	-589	-9,9%
Sudeste	Espírito Santo	6.513	5.886	-627	-9,6%
Nordeste	Piauí	8.042	7.371	-671	-8,3%
Nordeste	Rio Grande do Norte	7.199	6.781	-418	-5,8%
Nordeste	Bahia	28.152	26.521	-1.631	-5,8%
Nordeste	Pernambuco	19.571	18.498	-1.073	-5,5%
Norte	Tocantins	2.395	2.279	-113	-4,8%
Nordeste	Alagoas	6.050	5.783	-267	-4,4%
Nordeste	Ceará	16.475	15.925	-550	-3,3%
Centro-Oeste	Distrito Federal	5.022	4.954	-38	-1,4%
Norte	Acre	1.366	1.393	27	2,0%
Norte	Amazonas	5.365	5.725	360	6,7%
Norte	Pará	10.787	11.580	793	7,4%
Norte	Amapá	937	1023	86	9,2%
Norte	Rondônia	2.634	3.256	622	23,6%
Norte	Roraima	663	885	222	33,5%
TOTAL		395.934	354.221	-41.713	-10,5

SAÚDE: UM DIREITO FUNDAMENTAL – Mau uso dos recursos disponíveis

Distribuição de leitos hospitalares por Estado (2010-2013)

Quase 13 mil leitos foram desativados na rede pública de saúde desde janeiro de 2010.

No mesmo período, no entanto, a quantidade de leitos privados e aqueles destinados aos beneficiários de planos de saúde aumentou de 142.260 para 155.698, um acréscimo de 13.438.

Leitos Complementares e de Internação								
Quantidade, segundo Unidade da Federação								
Unidade da Federação	Quantidade de leitos SUS				Quantidade de leitos NÃO SUS			
	out/05	jan/10	jul/13	Variação 2011/2013	out/05	jan/10	jul/13	Variação 2011/2013
Acre	1.311	1.406	1.290	-116,0	105	142	221	79
Alagoas	5.771	5.790	5.408	-382,0	835	952	1.249	297
Amapá	877	945	1.038	93,0	137	197	191	-6
Amazonas	5.057	5.361	5.183	-178,0	1.047	937	1.234	297
Bahia	27.326	26.785	26.193	-592,0	5.508	5.835	6.335	500
Ceará	15.672	15.744	15.742	-2,0	3.280	4.038	5.118	1.080
Distrito Federal	4.767	4.930	5.053	123,0	2.092	2.397	3.254	857
Espírito Santo	6.120	5.943	6.182	239,0	2.033	2.684	2.722	38
Goiás	13.774	13.394	12.386	-1.008,0	4.933	5.377	6.335	958
Maranhão	15.290	13.937	12.756	-1.181,0	2.459	2.142	1.702	-440
Mato Grosso	5.598	5.233	5.379	146,0	1.724	2.004	2.238	234
Mato Grosso do Sul	5.199	4.245	4.006	-239,0	1.546	2.249	2.169	-80
Minas Gerais	37.801	34.656	33.213	-1.443,0	11.594	12.916	14.103	1.187
Pará	10.411	12.227	11.764	-463,0	2.635	4.033	5.662	1.629
Paraíba	9.810	8.718	8.196	-522,0	1.802	1.577	1.639	62
Paraná	23.967	22.513	21.506	-1.007,0	7.936	9.003	9.196	193
Pernambuco	18.946	19.084	18.189	-895,0	3.836	4.160	4.521	361
Piauí	7.754	7.633	7.350	-283,0	943	1.140	1.224	84
Rio de Janeiro	36.607	34.699	30.078	-4.621,0	15.545	21.186	23.860	2.674
Rio Grande do Norte	6.983	7.053	6.786	-267,0	1.390	1.357	1.345	-12
Rio Grande do Sul	23.354	22.890	23.241	351,0	9.372	10.008	10.669	661
Rondônia	2.548	2.729	3.358	629,0	1.218	1.153	1.438	285
Roraima	615	826	850	24,0	161	57	81	24
Santa Catarina	12.860	12.094	12.299	205,0	7.868	4.320	4.877	557
São Paulo	70.242	66.747	65.432	-1.315,0	32.226	41.135	42.760	1.625
Sergipe	3.771	3.088	3.086	-2,0	480	928	1.067	139
Tocantins	2.276	2.330	2.339	9,0	344	333	488	155
Total	374.707	361.000	348.303	-12.697	123.049	142.260	155.698	13.438

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

A partir da competência de Janeiro 2010 os dados referentes a leitos Complementares foram retirados da consulta referente a leitos de Internação, passando a constituir uma consulta específica conforme Nota Técnica do Datasus/MS.

Leitos perdidos no SUS

Leitos de INTERNAÇÃO, REPOUSO e OBSERVAÇÃO por ESTADO - 2010 a 2015

Estado	LEITOS SUS						LEITOS "NÃO SUS"		
	Leitos de Internação			Leitos Repouso e Observação (Urgência/Ambulatório)			Leitos de Internação		
	2010	2015	Varição	2010	2015	Varição	2010	2015	Varição
Distrito Federal	4872	4055	-817	1400	1426	26	2163	2203	40
Goiás	12667	11206	-1461	2424	2962	538	4996	6381	1385
Mato Grosso	4783	5180	397	1749	2186	437	1773	1871	98
Mato Grosso do Sul	3728	3784	56	1195	1524	329	2017	1988	-29
Alagoas	5453	4987	-466	901	1017	116	878	1467	589
Bahia	25474	23348	-2126	6561	6922	361	4914	5658	744
Ceará	14441	14259	-182	2867	3275	408	4396	3354	-1042
Maranhão	13086	12242	-844	2035	2200	165	1950	1664	-286
Paraíba	8134	7139	-995	2080	2274	194	1408	1476	68
Pernambuco	17921	17262	-659	3183	3361	178	4331	3776	-555
Piauí	7066	6460	-606	1009	1148	139	1129	947	-182
Rio Grande do Norte	6531	6101	-430	1492	1606	114	989	1306	317
Sergipe	3052	2412	-640	973	1019	46	823	752	-71
Acre	1409	1246	-163	376	421	45	132	183	51
Amapá	914	1001	87	266	296	30	165	146	-19
Amazonas	5142	4886	-256	1162	1330	168	840	881	41
Pará	11405	10874	-531	2237	2557	320	3926	4648	722
Rondônia	2863	3199	336	837	1016	179	1051	989	-62
Roraima	822	821	-1	124	123	-1	13	79	66
Tocantins	2122	2137	15	1129	1182	53	316	428	112
Espírito Santo	5470	5585	115	1654	1724	70	2289	2111	-178
Minas Gerais	32156	28915	-3241	9202	11002	1800	12272	13420	1148
Rio de Janeiro	32047	24995	-7052	7176	7637	461	16863	15112	-1751
São Paulo	60586	57678	-2908	18142	21219	3077	36451	36824	373
Paraná	21027	18907	-2120	4465	5093	628	8142	8259	117
Rio Grande do Sul	21008	21814	806	4175	4923	748	9406	9464	58
Santa Catarina	11303	11424	121	2981	3685	704	4041	4497	456
Total	335482	311917	-23565	81795	93128	11333	127674	129884	2210

Fonte: Indicadores obtidos junto ao Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES), do Ministério da Saúde - Competência dezembro de cada ano. Elaboração: CFM

Leitos perdidos no SUS

CNES - Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de Internação - Brasil
Especialidade detalhada

Especialidade detalhada	Quantidade SUS			Quantidade NÃO SUS		
	2010	2015	Variação	2010	2015	Variação
CIRÚRGICOS	76.696	74.884	-1.736	40.630	41.251	641
..Urologia	767	755	-11	446	478	32
..Cardiologia	3.315	3.094	-235	1.901	2.294	392
..Cirurgia geral	41.470	39.503	-1.967	22.533	21.528	-1.005
..Endocrinologia	230	172	-58	237	233	-4
..Gastroenterologia	1.152	946	-207	949	1.111	162
..Ginecologia	5.395	4.498	-897	3.034	2.703	-311
..Nefrologia/Urologia	1.365	1.385	20	1.174	1.273	99
..Neurocirurgia	3.366	3.522	156	1.291	1.436	145
..Oftalmologia	1.331	1.266	-65	1.295	1.264	-31
..Oncologia	2.906	3.369	463	945	1.207	262
..Oncologia/Anatomia	11.202	13.023	1.820	3.658	4.185	527
..Otorrinolaringologia	851	867	16	1.244	1.266	22
..Pediatria	1.446	1.181	-265	1.476	1.596	120
..Queimado Adulto	C	144	144	0	10	10
..Queimado Pediátrico	C	63	63	0	8	8
..Toxicologia	758	704	-54	461	502	41
..Transfusão	540	522	-18	85	157	72
CLÍNICOS	106.182	106.894	502	42.509	45.057	2.548
..AIDS	1.015	1.874	859	215	208	-7
..Cardiologia	4.486	4.600	114	2.785	3.073	288
..Clínica geral	84.185	83.851	-334	31.759	32.120	361
..Dermatologia	525	331	-194	206	203	-3
..Geriatria	766	809	43	1.445	1.663	218
..Hematologia	458	310	-148	44	39	-5
..Imunologia	890	950	60	394	489	95
..Nefrologia	1.812	1.988	175	971	1.118	147
..Neonatalogia	3.677	2.816	-861	1.601	1.140	-461
..Neurologia	2.338	2.622	284	1.078	1.296	218
..Oncologia	3.071	3.369	298	1.105	1.757	652
..Pneumologia	1.925	1.600	-325	906	978	72
..Queimado Adulto	C	67	67	0	9	9
..Queimado Pediátrico	C	37	37	0	5	5
..Saúde Mental	C	350	350	0	357	357
OBSTÉTRICOS	46.045	41.024	-5.021	14.574	13.597	-977
..Obstetrícia Cirúrgica	23.344	20.095	-3.249	8.677	8.247	-430
..Obstetrícia Clínica	22.701	20.929	-1.772	5.897	5.350	-547
PEDIÁTRICOS	51.293	42.672	-8.621	12.182	11.344	-838
..Pediatría Cirúrgica	49.069	39.156	-9.913	11.112	9.913	-1.199
..Pediatría Clínica	3.224	3.516	292	1.070	1.431	361
OUTRAS ESPECIALIDADES	50.516	41.174	-9.345	14.371	13.893	-478
..Acidimetria Metabólica	35	1.367	1.332	0	8	8
..Céfalos	9.015	9.393	378	2.357	1.783	-574
..Fala/Língua	38.712	27.912	-10.801	11.583	10.840	-743
..Reabilitação	1.094	957	-137	329	1.173	844
..Tisiologia	1.692	1.545	-147	102	49	-53
HOSPITAL/DIA	4.772	5.429	656	3.428	4.702	1.274
..AIDS	615	550	-65	11	36	25
..Cirurgias	1.796	2.651	855	2.680	3.471	791
..Fisioterapia	8	20	12	4	3	-1
..Geriatria	42	14	-28	142	119	-23
..Intervenção Pop-Tansolome	146	209	63	37	35	-2
..Saúde Mental	2.155	1.985	-170	554	1.038	484
Total	335.452	311.917	-23.535	127.674	128.234	2.210

OBSTÉTRICOS	46.045	41.024	-5.021	14.574	13.597	-977
..Obstetrícia Cirúrgica	23.344	20.095	-3.249	8.677	8.247	-430
..Obstetrícia Clínica	22.701	20.929	-1.772	5.897	5.350	-547
PEDIÁTRICOS	51.293	42.672	-8.621	12.182	11.344	-838
..Pediatría Cirúrgica	49.069	39.156	-9.913	11.112	9.913	-1.199
..Pediatría Clínica	3.224	3.516	292	1.070	1.431	361

Fonte: Análises estatísticas realizadas em Brasília nos dias 05 a 07 de maio de 2016 pelo CNES e o Ministério da Saúde - Companhia de Informática do SUS - Fundação CEM

A degradação da dignidade da pessoa humana



Superlotação e sobrecarga de trabalho. A real possibilidade de dano à saúde do usuário do SUS



Revista Muito, suplemento A Tarde, 28-JUL-2013, págs. 9-13

Jairnilson Paim, Professor Titular ISC/UFBa. **ABRE ASPAS JAIRNILSON PAIM** MÉDICO

«Se depender
dos governos,
o SUS não
avança»

Texto **ERON REZENDE** eron.rezende@grupoatarde.com.br
Foto **FERNANDO VIVAS** fvivas@grupoatarde.com.br

Revista Muito, suplemento A Tarde, 28-JUL-2013, págs. 9-13
Jairnilson Paim, Professor Titular ISC/UFBa.

“ ... mas a bancada governista evitou que o texto final obrigasse a União investir 10% de sua receita na área. Se olharmos os números, a União vem se omitindo do financiamento.”

CONCLUSÃO

SAÚDE: UM DIREITO FUNDAMENTAL



Quais problemas estruturantes têm levado à avaliação negativa?

- 1) Subfinanciamento do SUS: redução da presença do Estado no custeio da saúde*
- 2) Má gestão: uso inadequado dos recursos disponíveis, falta de estrutura nos serviços oferecidos*
- 3) Ausência de políticas públicas de recursos humanos e de remuneração da rede complementar: tabelas de procedimentos defasadas e falta de estímulo aos profissionais para ingresso e permanência no SUS.*



CREMEB

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

www.cremeb.org.br

abelardo.meneses@cremeb.org.br